



UNILA

PPGIELA

Interseccionalidade e Fronteiras

Pré-Evento - 18. Congresso Mundial de Antropologia - IUAES

12 e 13 julho 2018

Jardim Universitário | UNILA

A POLITIZAÇÃO PELOS CABELOS

Esp. Aline Torres (SEED-PR)

E-mail: alinitorres@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho traz uma análise sobre o projeto fotográfico ‘À Flor da Pele’, desenvolvido nos anos de 2016 e 2017 em quatro Colégios Estaduais de Foz de Iguaçu. O objetivo inicial do projeto era a valorização do cabelo crespo, e com isso a desconstrução da ideia de “cabelo ruim” e “cabelo duro” muitas vezes arraigada pela nossa sociedade. Enfim, pretendemos apresentar algumas das impressões observadas ao longo do projeto relacionadas ao comportamento dos participantes, assim como a valorização do sujeito como um todo em seu processo de politização.

Palavras-chaves: cabelo crespo, identidade e valorização.

No ano de 2003, o governo federal promoveu a alteração dos Parâmetros Curriculares Nacionais e da Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional, sancionando a Lei 10.639/03 e incluiu o ensino sobre a “História e a Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da rede de ensino nacional. A implantação dessa lei estabeleceu ainda que o “Dia Nacional da Consciência Negra” fizesse parte do calendário escolar. Essa obrigatoriedade trouxe mudanças na organização da escola, e fez com que se pensassem formas de trabalhar esse conteúdo em todas as disciplinas do currículo escolar.

Para atender essa lei, o governo do Paraná, juntamente com a Secretaria de Estado da Educação (SEED), criaram as equipes multidisciplinares a fim de capacitar os educadores nessa temática. Essa capacitação acontece em cada estabelecimento de ensino, sendo constituída por representantes de todos os segmentos da escola. É escolhido de maneira voluntária o coordenador e um vice coordenador, com a responsabilidade de marcar as reuniões, direcionar os temas e atividades, participar das reuniões com o Núcleo Regional de Educação e montar um relatório final com todas as atividades desenvolvidas e relacionadas a cultura afro-brasileira e indígena na escola. Ao final do curso anual, num total de sessenta horas, os participantes podem ser certificados e contar com essas horas para a progressão na carreira.

Completo o grupo, são organizadas reuniões para a leitura e debates sobre os textos específicos da temática, disponíveis em uma plataforma *on-line*. Após o debate é realizado uma atividade *on-line* com base nos textos lidos. Geralmente, o curso é dividido em seis módulos, com o mesmo formato de texto e exercícios, sendo dez perguntas objetivas, podendo errar até três questões e com possibilidade de refazer a atividade em três tentativas. Porém, cabe destacar que esse formato

de curso na prática é feita a distância, o que dificulta as trocas de conhecimentos e experiências, resultando mudanças pontuais. Assim como, aqueles que realizam o curso por interesse na certificação e horas para avanço no plano de carreira, do que propriamente na formação teórica.

Com a formação anualmente dessas equipes, o Estado passa a se respaldar legalmente da responsabilidade da implementação da Lei 10.639/03. Neste caso, atribui aos educadores à obrigatoriedade de realizar atividades relacionadas ao conteúdo da lei durante o ano letivo, em especial no mês de novembro. Mas será que essa prática é suficiente para que o contempla a lei? Apenas esta equipe multidisciplinar tem condições de reparar as injustiças desse passado? Quais mudanças são possíveis perceber após a constituição das equipes multidisciplinares, assim como da Lei 10.639/03 nas escolas? Estas questões não têm como serem respondidas neste momento, porém, servem de horizonte para estudos futuros.

Assim sendo, atendendo as determinações do governo do estado e compondo a equipe multidisciplinar do Colégio Estadual Ipê Roxo, na cidade de Foz do Iguaçu/Pr., durante o ano de 2016, surgiu à ideia de desenvolver o projeto de valorização do cabelo crespo. Essa iniciativa partiu da necessidade de entender a realidade dos preconceitos vivenciados pelos alunos nos corredores da escola e da necessidade de discutir as questões étnicas durante todo o ano letivo. O objetivo inicial do projeto era apresentar o cabelo crespo como símbolo de resistência e desconstruir a imagem de “cabelo ruim” e “cabelo duro”. Buscando entender que dentro do processo histórico o cabelo crespo sempre foi símbolo de resistência e usado como bandeira política contra o racismo, sendo ele, parte fundamental na construção de sua identidade enquanto sujeito.

Entretanto, em muitos momentos essa força foi combatida por questões políticas e ridicularizada pelo padrão de beleza imposto à sociedade. Nesse sentido, buscou-se conscientizar os alunos sobre as razões e os preconceitos relacionados ao cabelo crespo. Partindo do entendimento que deixar de lado esse padrão poderia ser libertador. Isto é, o ato de assumir seus cabelos naturais, parando de usar química nos cabelos, soltando os cachos, faz desse ato um posicionamento político e de empoderamento, principalmente no que diz respeito à ressignificação de suas identidades como homens e mulheres negras. (SANTOS, 2015, p. 05)

Todo esse processo foi um desafio, uma vez que para crianças e adolescentes isso se torna muito mais complexo, pois muitas delas não entendem a importância da identidade étnica, e querem simplesmente fazer parte de um grupo. Por isso, conscientizar os alunos de que o importante não era simplesmente fazer parte de um grupo, e sim entender a importância da sua identidade étnica dentro do grupo era o grande desafio. Ou seja, para que de fato o “se aceitar” possa ser concebido como um ato político e libertador.

As discussões sobre identidade foram realizadas durante as aulas de História, trabalhando as questões relacionadas à diversidade existente no país, a partir dos conteúdos sobre a colonização, o

processo de imigração (não)forçada existente na nossa história. Com base nessas discussões foram trabalhados os assuntos relacionados ao preconceito, racismo e xenofobia, através de exemplos midiáticos e do senso comum dos próprios alunos.

Baseado na participação dos alunos em sala de aula e através dos fenótipos dos mesmos, foram selecionados dez alunos, sendo eles nove meninas e um menino entre 11 e 15 anos, das turmas de 6º e 7º anos do turno da tarde do Colégio Estadual Ipê Roxo. Cabe destacar que parte-se do entendimento de fenótipos as características observáveis de um indivíduo, e que essas características são utilizadas na sociedade para determinar os espaços sociais dos indivíduos.

Pensando-se sobre as marcas que definem o que é ser branco e o que é ser negro nas sociedades, emerge como critério fundamental para a instituição da diferença, a morfologia corporal. Signos físicos impressos nos corpos vivos dos seres, portanto, insurgem como fundamentos para que se instaurem as concepções de ser branco e ser negro. Mais do que isso, os fenótipos manifestos na plástica dos seres se apresentam como marcas definidoras de espaços, posições e papéis a ocuparem – explicitam-se, pois, como signos simbólicos de separação. (BORGES, 2012, p. 54)

Esses signos físicos são externados nos cabelos, na quantidade de melanina na pele, no nariz, dentre outras partes do corpo. E essas características no corpo do negro tem um peso muito maior, pois nos remete ao estigma da escravidão, da inferioridade ditada pelo ocidente. Isso causa um desconforto muito grande, principalmente para uma criança e/ou adolescente, que só ouve falar a história do povo negro nas aulas sobre escravidão.

Ultrapassar esse pensamento colonial ainda hoje é muito difícil, vale lembrar que o racismo no Brasil tem um diferencial com relação aos outros países racistas, aqui o racismo é velado. Mas é só observar um pouco mais e percebemos que ele é de aparência. Com isso, o corpo do negro é marginalizado, e em muitas situações é visto como objeto sexual, o que fortalece a não aceitação dos seus fenótipos. Neste sentido, que o projeto fotográfico “À Flor da Pele” se propôs a desconstruir, e possibilitar a valorização da estética negra através do cabelo, sobretudo, entender quem é este sujeito e suas raízes.

A partir dessa discussão sobre as questões étnicas, e identidade e a-conscientização dos alunos sobre a importância da valorização da sua beleza natural, foi realizado um trabalho separado com os dez selecionados. Este consistia em conversas direcionadas, com o intuito de mapear os tipos de preconceitos que tivessem sofrido durante a vida escolar, especialmente pelas características biológicas.

Após esta etapa de apresentação e conscientização do projeto, tanto para os alunos como para parceiros do projeto começamos a parte prática. No dia 28 de setembro de 2016, no período da tarde, todos os alunos selecionados foram levados ao “Instituto Embelleze”, onde fizeram toda a produção de cabelo e maquiagem. O intuito era preparar as crianças e adolescentes com penteados que favorecessem sua beleza natural. Sendo acompanhados pelo fotógrafo que produziu um *making-off* dos alunos. Concluída essa etapa, foram levados de volta ao colégio, para a sessão de fotos que seriam expostas no encerramento das atividades do projeto multidisciplinar.

Concretizada a segunda parte do projeto, os modelos ficaram curiosos para ver o resultado, mas somente no dia 18 de novembro eles puderam saciar suas curiosidades. Quando avisados que a exposição seria nesta data, muitos começaram a se envergonhar, pois estavam apreensivos em saber como seria a aceitação dos colegas da própria escola.

A exposição das fotos foi montada nos corredores do colégio, e ficou disponível durante todo o dia, nos três períodos para serem apreciadas. As imagens foram impressas em papel fotográfico modo preto e branco, no tamanho de 46 cm x 35 cm e coladas em papel cartão na cor preta, para dar um destaque de moldura e colocados em cavaletes, dispostos nos corredores principais do colégio.

Pode-se dizer que o impacto foi positivo pelas diversas reações e sensações que foram despertadas em toda a escola. Reações como, alunas tiravam fotos das fotos; os colegas chamavam os modelos para tirarem fotos junto à exposição; aluno chamando o cabelo crespo de lindo; professores parabenizando os alunos pela coragem de fazerem as fotos; elogios ao trabalho e organização do projeto, entre outras coisas.

Avaliando o resultado do projeto em seu primeiro ano foi positivo, pois atingiu o principal objetivo, que era fazê-los se enxergarem como sujeitos detentores de uma beleza única. Além disso, conscientizá-los da importância de se entenderem e se aceitarem para além da vida escolar. Soma-se a isso, foi possível fazer com que os outros alunos olhassem as fotos e observassem o quão bonito é o cabelo crespo, fazendo-os pensar as práticas de *bullying* com esses alunos que até aquele momento eram vistos unicamente como cabelo “feio” ou “duro”. E a exposição não só valorizou a beleza do cabelo, como mexeu com preconceitos enraizados e muitas vezes naturalizados no nosso dia a dia.

Além disso, a repercussão do projeto ultrapassou os muros do Colégio Ipê Roxo. Vários convites de outras instituições e estabelecimentos escolares demonstraram interesse em expor o trabalho. Durante o restante do mês de novembro as fotos foram expostas nas universidades públicas UNILA e UNIOESTE, alguns colégios estaduais, feiras e até para o Núcleo de Educação (SEED) para receber os participantes do evento de apresentação dos trabalhos das Equipes Multidisciplinares do ano de 2016.

No ano seguinte o projeto tomou proporções maiores, os organizadores do projeto resolveram trabalhar com quatro colégios da cidade, a fim de levar a discussão da valorização da beleza negra para outros espaços. Foram escolhidos cinco alunos de cada colégio, tendo como critério de escolha aqueles que gostavam de usar seus cabelos crespos soltos e com volume. Assim como, aqueles alunos que demonstravam algum tipo de vergonha usando-os presos ou alisados. Os colégios participantes foram: Colégio Estadual Professor Flávio Warken, Colégio Estadual Paulo Freire, Colégio Estadual Gustavo Dobrandino da Silva e pela segunda vez o Colégio Estadual Ipê Roxo.

Desta vez o processo foi mais longo, pois tínhamos o dobro de crianças e adolescentes. Contando com um número maior de meninos, a produção das fotos foram feitas em dois momentos, dividimos dois grupos, cada um com duas escolas e agendamos a data da produção fotográfica com o cabelereiro Jonathan Washington e o fotógrafo Marcão Oliveira, este último parceiro desde o início do projeto no ano de 2016.

Nesta segunda edição o trabalho de conscientização foi o mesmo do ano anterior, entretanto tínhamos um facilitador, os alunos das escolas participantes já tinham conhecimento da edição passada, o que ajudou na escolha dos modelos, pois muitos vieram nos procurar interessados nas discussões e em participar do projeto.

Enfim, o presente trabalho tem por finalidade apresentar algumas das impressões observadas ao longo do projeto “À Flor da Pele”. Tentamos entender o comportamento dos participantes após a participação no projeto. O incentivo e o reconhecimento da beleza negra possibilitaram também a valorização do sujeito como um todo em seu processo de politização. Principalmente, no sentido de entender a pluralidade étnica existente na sociedade e seus traços mais aparentes, como no caso o cabelo e a cor da pele.

Isso pode ser atestado no dia a dia da escola, em que vários desses alunos, atualmente, passaram a demonstrar interesses em participar de forma mais ativa nas discussões ligadas à identidade e respeito às diferenças em sala de aula. Em entrevista realizada com alguns alunos, os mesmos apresentaram satisfação e orgulho por terem participado do projeto. Também falaram que a forma de encarar as pessoas no âmbito escolar mudou, assim como a forma como os colegas passaram a enxergá-los.

Referencias:

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

BORGES, Roberto Carlos da Silva; BORGES, Rosane (orgs.). –**Mídia e Racismo**. Petrópolis, RJ : DP et Alii ; Brasília, DF : ABPN, 2012.

SANTOS, Nádya Regina Braga. **Do Black Power ao Cabelo Crespo: A construção da identidade negra através do cabelo**. São Paulo: 2015.

Lei nº 10.639/03. (Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira").